

1. ORIENTAÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ARTICULANDO SABERES EM SAÚDE INDÍGENA

1. Introdução

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), elaborada para compatibilizar a Lei Orgânica da Saúde aos direitos diferenciados garantidos aos povos indígenas pelo artigo nº 231 da Constituição Federal de 1988, tem como objetivo garantir aos povos indígenas a atenção integral e diferenciada à sua saúde. A PNASPI reconhece a eficácia das medicinas tradicionais indígenas e o direito dos povos indígenas a suas culturas e estabelece como estratégia fundamental para efetivar o direito desses povos a uma atenção integral e diferenciada à saúde a Diretriz 4.4 que recomenda aos serviços de saúde atuarem de forma articulada aos sistemas tradicionais indígenas de saúde.

No âmbito da PNASPI as medicinas tradicionais indígenas são compreendidas como sistemas tradicionais indígenas de saúde, “baseados em uma abordagem holística, cujo princípio é a harmonia de indivíduos, famílias e comunidades com o universo que os rodeia. As práticas de cura respondem a uma lógica interna de cada comunidade indígena e são produto de sua relação particular com o mundo espiritual e com os seres do ambiente em que vivem. Essas práticas e concepções são, geralmente, recursos de saúde de eficácia empírica e simbólica, de acordo com a definição mais recente da Organização Mundial de Saúde” (Brasil, 2000:16-17).

Os saberes e práticas em saúde das medicinas tradicionais indígenas estão organizados em duas instâncias distintas: uma familiar (saberes difusos) e a outra especializada (pajés, parteiras, rezadeiras, curadores, cantores, etc.). Em seu sentido amplo, as medicinas tradicionais indígenas são responsáveis por produzir e promover saúde e prevenir doenças no âmbito das comunidades; no sentido estrito, elas contemplam um conjunto de práticas e terapêuticas utilizadas para tratar e recuperar a saúde.

Atualmente, a população indígena no Brasil perfaz um total de 817.963 mil pessoas, organizadas em 305 etnias falantes de 274 línguas distintas (IBGE, 2012). A multiplicidade das medicinas tradicionais indígenas corresponde à diversidade etnocultural dos mais de 300 povos indígenas que habitam o território brasileiro. **Portanto, as estratégias de articulação entre e o sistema oficial de saúde e os saberes e práticas indígenas devem ser elaboradas no âmbito local a partir do diálogo intercultural estabelecido com os diferentes sujeitos e comunidades indígenas, de modo a contemplar as especificidades socioculturais, regionais e epidemiológicas desses coletivos.**

2. Programa Articulando Saberes em Saúde Indígena: Princípios e Eixos Programáticos

Para concretizar os direitos constitucionais dos povos indígenas e efetivar o princípio da atenção diferenciada à saúde previsto pela PNASPI, a SESAI está desenvolvendo de forma participativa o Programa Articulando Saberes em Saúde Indígena (PASSI) [7848261](#), com o objetivo de promover a articulação entre os saberes e práticas de saúde dos povos indígenas e o sistema oficial de saúde. Dentre os princípios que orientam o PASSI são: garantir aos povos indígenas o acesso às suas medicinas tradicionais, a partir de ações que promovam a sustentabilidade, e o fortalecimento e a atualização dos seus sistemas de saúde tradicionais; promover a articulação entre o sistema oficial de saúde e as medicinas tradicionais indígenas no âmbito das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde; desenvolver estratégias intersetoriais para intervir sobre os determinantes socioeconômicos que contribuem para a atual situação de saúde dos povos indígenas, bem como para a sustentabilidade dos saberes e práticas tradicionais em saúde; efetivar o princípio da integralidade da atenção promovendo a articulação dos saberes em saúde indígena em todas as instâncias da atenção – básica, média e alta complexidade – e de modo transversal, perpassando os diferentes programas que integram o campo da atenção à saúde indígena.

A SESAI incentiva os DSEIs a desenvolverem ações de fomento às medicinas tradicionais indígenas voltadas para a efetivação do direito dos povos originários à atenção diferenciada à saúde em consonância aos cinco (5) eixos programáticos conformam o Programa Articulando Saberes em Saúde Indígena, a saber:

1. Fortalecimento e valorização dos saberes e práticas em saúde dos povos indígenas;
2. Articulação de saberes no âmbito das rotinas, procedimentos e protocolos de atenção à saúde ;
3. Formação permanente em saúde indígena para o desenvolvimento de competências comunicativas interculturais;

4. Intersetorialidade com caminho de intervenção sobre os determinantes de saúde e para a sustentabilidade dos saberes e práticas indígena;
5. Desenvolvimento dos saberes das medicinas tradicionais indígenas (fitoterapia, por exemplo) e acesso dos povos indígenas às práticas integrativas e complementares disponibilizadas pelo SUS, conforme a demanda e a necessidade de saúde de cada povo.

3. Estratégias de implementação e fomento

Para o desenvolvimento das ações do PASSI é previsto, no Termo de Referência (TR) que orienta o Projeto Técnico e o Plano de Trabalho de prestação de serviços das Conveniadas no âmbito dos DSEI's, especificamente no Eixo 4 do TR, apoio e incentivo financeiro destinados à execução de projetos e ações de valorização das práticas tradicionais de saúde. Nesse sentido, a elaboração de Projetos de Valorização das Práticas Tradicionais e Articulação de Saberes em Saúde Indígena, conforme previamente descrito, deverá ocorrer de forma participativa junto aos representantes, lideranças e comunidades indígenas. Encaminhamos ainda nesse processo o *Fluxo dos Projetos de Valorização das Práticas Tradicionais e Articulação de Saberes em Saúde Indígena desenvolvidos no âmbito dos DSEIs e financiados pelas Conveniadas* [7848390](#) o qual detalha orientações de elaboração e envio dos referidos projetos para análise, apoio técnico e acompanhamento por parte da Divisão de Programas e Projetos em Saúde Indígena, do Departamento de Atenção à Saúde Indígena (DIPROSI/CGAPSI/DASI/SESAI). O envio deverá ser realizado via Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

A destinação e a programação de financiamento para implementação dos Projetos de Valorização das Práticas Tradicionais e Articulação de Saberes em Saúde Indígena deverão estar previstas e pactuadas no Planejamento do DSEI, e o monitoramento da implementação deverá ser realizado em conjunto com o Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI).

Contudo, para a implementação do PASSI nos territórios étnicos que estão sob sua responsabilidade sanitária, recomenda-se ainda que os DSEIs criem outras estratégias de fomento às atividades previstas no Programa, tais como firmar parcerias interinstitucionais (com universidades, organizações indígenas e indigenistas e outras instituições governamentais ou não governamentais, nacionais e internacionais), identificar Editais de Apoio e buscar outras fontes de recursos para financiar as atividades previstas, etc. Considerando ainda o Eixo Programático de Intersetorialidade, constitui estratégia fundamental identificar e articular com parceiros da rede intersetorial ações conjuntas.

4. Atribuições e Competências

Aponta-se que “*fomentar a realização de espaços de escuta e troca de conhecimentos com os indígenas, reconhecendo o protagonismo deles no cuidado à saúde e valorizando os saberes, práticas e especialistas tradicionais*” é atribuição comum dos cinco Núcleos Temáticos da Atenção Primária que compõem a DIASI, sendo norte técnico e ético transversal a todos eles (Documento Orientador da Organização dos Processos de Trabalho da Atenção Primária à Saúde nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas/2018).

Logo, evidencia-se que a implementação do PASSI perpassa os diferentes campos de atuação da DIASI e, em especial ao Núcleo 4 – Promoção da Saúde – compete articular as Medicinas Tradicionais Indígenas com as áreas programáticas de forma transversal visando efetivar o princípio da integralidade da atenção. Portanto, se faz necessário que o DSEI organize, no âmbito deste Núcleo, fluxos de elaboração e atuação coletivas voltadas ao desenvolvimento contínuo das ações e objetivos do PASSI em interface com os demais Núcleos Temáticos.

Em relação à Casa de Saúde Indígena (CASAI), promover espaços e atividades que visem estabelecer diálogo intercultural entre equipe e usuários consiste prática e rotina necessárias de modo a garantir a continuidade do cuidado com vistas à atenção integral e diferenciada.

5. Considerações Finais

Em caso dos DSEIs sentirem necessidade de apoio, subsídios ou demais esclarecimento quanto ao PASSI, a DIPROSI/CGAPSI/DASI/SESAI, coloca-se à disposição.

Seguem contatos de referência: luciane.ouriques@saude.gov.br; larissa.andrade@saude.gov.br - Telefone: (61)3315-5942



1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luana Silveira de Faria, Coordenador(a)-Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena, Substituto(a)**, em 25/02/2019, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6748158** e o código CRC **8BDC8C92**.

Referência: Processo nº 25000.201924/2018-90

SEI nº 6748158

Criado por [luciane.ouriques](#), versão 36 por [larissa.andrade](#) em 08/02/2019 13:58:33.